



ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
CESAPE – Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão.

Carlos Alberto Santos da Silva

RENÚNCIA DE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(Aspectos Ideológicos)

Brasília
2006

Carlos Alberto Santos da Silva

RENÚNCIA DE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(Aspectos Ideológicos)

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCeub, como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso sob orientação da Prof^a Janaína de Aquino Ferraz.

Brasília
2006

Este trabalho é dedicado a minha esposa Wilza Cristina Valente, sem a qual o mundo seria repleto de signos sem quaisquer significados. Sua vida é um diploma de felicidade para todos os meus dias.

“O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.”
(Bakhtin. *Conceitos-Chave* apud Beth Brait, 2005).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é pesquisar a ideologia presente no discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães. Ela poderia ser classificada de analogia de julgamento quando pretende assemelhar seu momento político ao momento histórico vivido por Jesus Cristo. Em geral, seu discurso é analisado sob o foco de Fairclough para melhor identificarmos a metáfora construtiva de todo aspecto ideológico contido no texto. O pronunciamento de ACM apresenta uma atitude discursiva com implicações culturais e sociais significativas quanto ao uso do seu aspecto ideológico, na experimentação de metáforas, no uso de ethos e na prática discursiva.

Palavras-chave

Ideologia, Poder, Monólogo e Polifonia.

ABSTRACT

The objective of this work is to seek the present ideology in Antonio Carlos Magalhães resignation speech. This ideology is what we could classify of judgment analogy because it intends to compare this politics moment to the historical moment lived by Jesus Christ. ACM's speech encloses cultural and social implications trying to focus on it's ideological aspects, making use of metaphors, ethos and in discursive practice.

Key-words

Ideology, Power, Monology and Polyphony.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO.....	7
1. A Trajetória de ACM no Cenário Político Brasileiro.....	9
1.1. ACM: da UDN ao Senado.....	9
1.2. O Trabalho do Taquígrafo.....	10
2. Análise do discurso: breves considerações.....	12
2.1. A Proposta Discursiva de Bakhtin.....	12
2.2. A Proposta Discursiva de Fairclough.....	15
2.3. Apresentação dos Conceitos mais Recorrentes	19
2.3.1. Identidade	19
2.3.2. Ideologia	21
3. Percurso Metodológico.....	22
3.1. Os Passos Metodológicos	22
3.2. Intertextualidade	23
3.3. Metáfora.....	24
3.4. Ethos.....	25
3.5. Prática Discursiva	26
3.6. Significado das Palavras.....	26
3.7. Efeitos Ideológicos e Políticos do Discurso	27
4. Análise dos Dados: texto em exame.....	28
4.1. O <i>corpus</i> da Pesquisa.....	28
CONCLUSÃO.....	34
Referências bibliográficas	38
Íntegra do Discurso de Antonio Carlos Magalhães.....	40
Percurso Metodológico.....	61

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é verificar os aspectos ideológicos no discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães. Para tanto, analisaremos a linha de argumentação adotada pelo então senador em seu discurso, buscando principalmente identificar as estratégias de persuasão feitas ao seu eleitorado. Consideramos essa análise relevante porque as formas de manipulação da realidade encontram-se marcadas de maneira contundente no discurso político.

Nossa abordagem ao Discurso de Renúncia de Antonio Carlos Magalhães busca, dessa forma, averiguar o aspecto ideológico de seu pronunciamento sob o ponto de vista de alguns dos grandes cientistas do mundo lingüístico, principalmente: Bakhtin e Fairclough. Com base neles, poder-se-á indagar qual a ideologia inserida em seu discurso e a necessidade de sua analogia com o julgamento de Jesus Cristo diante de Pôncio Pilatos.

No Primeiro Capítulo, trataremos da trajetória política de ACM na Bahia até sua ascensão ao Senado, bem como das lutas de poder que marcaram a época da renúncia do então Senador, buscando, assim, trazer à berlinda das discussões teóricas a forma como o discurso revela pistas significativas sobre as crenças de uma sociedade. E, ainda, mostraremos, de maneira breve, a relevância dos trabalhos taquigráficos.

No Segundo Capítulo, discorreremos sobre as propostas teóricas de cada um dos autores selecionados, a saber: Bakhtin e Fairclough, buscando destacar como tais propostas possibilitam o desvelamento dos aspectos ideológicos intrínsecos ao discurso político.

No Terceiro Capítulo, apresentaremos os passos metodológicos, bem como as categorias analíticas aplicadas ao texto em questão, de forma a tornar claro o percurso da pesquisa.

No Quarto Capítulo, daremos vazão à análise dos dados propriamente dita, salientando a eficácia do discurso político na produção dos efeitos possivelmente desejados pelo autor.

Ao final, teceremos breves considerações sobre os resultados da análise crítica, empreendida no Quarto Capítulo, de maneira a ampliar o campo de visão sobre o verdadeiro papel do discurso político em nossa sociedade.

1. A Trajetória de ACM no Cenário Político Brasileiro

“Os cidadãos têm medo do futuro. Os políticos têm medo do passado.” Chico Anísio – Brasileiro (1931-) – Ator, escritor, humorista.

Este capítulo consiste na apresentação da conturbada trajetória de ACM no cenário político brasileiro, do contexto situacional político à época da renúncia, bem como o papel do taquígrafo em apresentar, de maneira fidedigna, os pronunciamentos.

1.1. ACM: da UDN ao Senado.

Antonio Carlos Magalhães é um político baiano que esteve em evidência no cenário político do Estado da Bahia nas últimas décadas. Membro da UDN foi eleito deputado estadual em 1954 e deputado federal em 1958 e 1962. Participou da ditadura militar brasileira, tendo sido um dos articuladores do golpe militar de 1964. Em 1966 foi reeleito deputado federal, agora pela Arena.

Em 1967, foi nomeado prefeito de Salvador. Foi governador da Bahia três vezes, ministro das Telecomunicações no governo Sarney e é senador desde 1995. Tido como um político influente no Brasil, teve também seu nome envolvido em várias denúncias de ilegalidades, como a fraude no painel de votação do Senado e os grampos telefônicos ilegais na Bahia. Quando se vê envolvido em tais situações gosta de justificar que agiu em favor do povo baiano.

Foi protagonista, em meados de abril de 2000, de uma série de trocas de ofensas com um colega de Senado, fazendo sérias acusações contra a pessoa do Presidente do Senado à época, Senador Jader Barbalho do PMDB do Pará. Tal rixa culminou com a renúncia de ambos dos mandados de Senador, já que as recíprocas acusações foram devidamente comprovadas. No caso de ACM, foi justamente a denúncia de manipulação por parte do painel eletrônico que contabiliza as votações do Senado Federal, o que lhe permitiu quebrar o sigilo dos votos dos demais Senadores, violando o Regimento Interno do Senado Federal, que assegura o voto secreto de seus membros em determinadas matérias.

1.2. O Trabalho do Taquígrafo.

Nas sessões plenárias, cabe-lhe efetuar o registro, **in loco**, dos debates, devendo, em seguida, cuidar da sua decifração. Nessa tarefa, em caso de dúvida, poderá consultar o respectivo revisor ou, em última instância, se valer da gravação de apoio.

As primeiras pesquisas para correta exteriorização do pensamento do orador são de sua responsabilidade, cabendo-lhe, igualmente, se necessário for, contactar o orador ainda em plenário para consulta sobre assuntos de difícil pesquisa. Devidamente traduzido, o texto deverá ser conferido por intermédio de uma leitura junto ao revisor, após o que fica liberado para a imprensa.

Na área das comissões, diante do grande número de solicitações, são as reuniões gravadas para posterior decifração. Assim, aos taquígrafos legislativos incumbe a transcrição taquigráfica do conteúdo das gravações,

processo que se apóia na consulta aos "roteiros" e se completa com as pesquisas.

Tal incumbência implica em efeitos diferenciados sobre o discurso originalmente concebido, pois cada autor possui um sistema de conhecimentos e crenças próprio, o qual ficará estampado no texto final. Esse fato resulta na moldagem das identidades dos autores dos pronunciamentos e exige um exame apurado dos efeitos discursivos.

2. Análise do discurso: breves considerações.

“Se o conhecimento pode criar problemas, não é através da ignorância que podemos solucioná-los.” Isaac Asimov – Russo (1920-1992) – Escritor, autor de Eu, robô.

Este capítulo consiste na apresentação dos fundamentos teóricos da monografia. Serão estudados os conceitos de análise do discurso.

2.1. A Proposta Discursiva de Bakhtin.

Bakhtin concebe a linguagem não só como um sistema abstrato, mas também como uma criação coletiva, integrante de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o “outro”, entre muitos “eus” e muitos “outros” (1979). Em uma retórica, por exemplo, faz-se necessário até mesmo incluir no discurso argumentos antagônicos para poder refutá-los. Por exemplo, a partir do primeiro parágrafo de seu texto, secundado por toda cena ocorrida no dia 30 de maio de 2001, nota-se um diálogo direcionado adequadamente ao ouvinte brasileiro, mais precisamente ao ouvinte/eleitor baiano com toda sua religiosidade em seu sincretismo histórico. O discurso de ACM é marcadamente um dialogismo analógico feito acerca de um fato histórico bíblico com o momento de sua renúncia no primeiro ano deste século.

Segundo Bakhtin, de acordo com o conceito de dialogismo, existe a pressuposição de que a individualidade é impossível. Desta forma, o diálogo que ACM faz é, sobretudo, um pronunciamento para a Bahia, pois ele se

referiu, em outra página desse seu longo discurso, que voltaria pelas urnas, pela vontade do povo baiano.

O reconhecimento do sujeito e do sentido é imprescindível para a constituição de ambos, conforme preconiza Bakhtin (1979). Contudo, segundo esse mesmo filósofo, no monologismo o autor concentra em si mesmo todo o processo de criação, é o único centro irradiador da consciência, das vozes, imagens e pontos de vista do romance: “coisifica” tudo, tudo é objeto mudo desse centro irradiador (apud Bath Brait, 2005). Desta forma, fez de sua imagem e de suas palavras uma identidade uníssona e inequívoca entre as injustiças praticadas contra ele (ACM) e contra a imagem intocável de Cristo, transformando esse outro em uma não-consciência, mero receptor desse discurso. Isso lhe traria a correlação entre os fatos bíblicos ocorridos, onde é marcante a injustiça no imaginário cristão, e esse conturbado período político da vida nacional em que todos acusam e se torna insuportável a permanência do político baiano.

Em seus apontamentos, Bakhtin diz que o discurso interpretativo pertence ao reino dos fins (2005). Por esse motivo, o autor declara: “O dialogismo opera dentro de qualquer produção cultural, seja letrada ou analfabeta, verbal ou não verbal, elitista ou popular como um elo entre duas pessoas socialmente constituídas” (1979, p. 89). Desse modo, o mundo eclético que envolve seu eleitorado pôde assimilar sua mensagem que, acima de tudo, alegava – também – uma injustiça contra ele. Ou seja, faz-se um paralelo – sempre – com o seu presente e o passado bíblico, extraído de arquivos históricos e sentimentais. Desta forma, chega-se a um autoritarismo, porquanto associado à indiscutibilidade das verdades veiculadas nesse

discurso (dogmatismo ideológico), colocando os receptores sujeitos ao horizonte do autor. (Bakhtin: apud Paulo Bezerra, 2005, p. 191).

Análise do Discurso é uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes num texto.

A Análise do Discurso é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.

De acordo uma das leituras possíveis, discurso é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu *contexto* histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m).

Texto, por sua vez, é o produto da atividade discursiva, o objeto empírico de análise do discurso; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. É necessário porém salientar, que o objeto da Análise do Discurso é o Discurso.

2.2. A Proposta Discursiva de Fairclough.

Atualmente, o termo 'crítica' é usado de modo convencional, num sentido mais amplo, denotando a combinação prática do engajamento social e político com uma construção de sociedade sociologicamente embasada, e ao mesmo tempo reconhecendo, como aponta Fairclough, "que, em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão. Assim, a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas" (FAIRCLOUGH, 1985, p. 747).

Dessa forma, a LC (Linguística Crítica) e a ACD (Análise Crítica do Discurso) podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). Assim, a linguagem poderia também ser um meio de dominação e força social, servindo para legitimar relações de poder organizado.

Quanto à Bakhtin, fez-se uma interpretação ideológica mais abrangente, na medida em que a viu como um espaço de contradição e não só de ocultamento como fez Marx. Considerando assim, a ideologia deve ser vista como uma "forma de representação do real". Decorrente disso, ele não julgou possível a existência da consciência individual e considerou possível somente

a consciência social. No nível do individual existiriam apenas os signos, elementos externos, criados pelo homem, emergentes do processo social.

Bakhtin viu a necessidade de criação de uma psicologia fundada no estudo das ideologias, dando à palavra o lugar de destaque na constituição da consciência, pois que social (ou coletiva), permeada pela existência dos signos. A atividade mental do indivíduo estaria concentrada, ainda, na expressão exterior, através da palavra, da mímica ou de outro canal de comunicação, e internamente para o próprio indivíduo, constituindo-se no "discurso interior".

Uma das principais categorias do pensamento bakhtiniano é o dialogismo, que serviu de instrumental para seu estudo das várias formas de discurso, da literatura e de outras manifestações culturais. Bakhtin considerou todos os diálogos e buscou a síntese dialética entre eles. Nessa perspectiva, ele negou o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, obstáculos a uma visão totalizadora da linguagem. Ao considerar o homem como ser histórico e social, Bakhtin historicizou também a linguagem, contextualizando-a histórica e socialmente.

De acordo com Fairclough (2001:90), a prática social apresenta várias orientações (econômica, política, cultural, etc), e que o discurso pode ser indicado em todas essas práticas, ainda diz o autor que existem três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, correspondentes a três funções da linguagem:

1º - construção de identidades sociais, posições do sujeito, e sujeitos sociais, e tipos de 'eu' (função identitária).

2º - construção das relações sociais entre as pessoas (função relacional), como essas relações são representadas e negociadas entre os participantes.

3º - construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional), está relacionada “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.” (Fairclough, 2001: 92)

O discurso pode ser visto como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas onde existe relação de poder. É uma arena de luta de poder e também arena delimitadora na luta de poder. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados do mundo de diversas posições nas relações de poder. A prática ideológica está submetida à prática política que se encontra em um nível superior.

Houve, decerto, uma intertextualidade entre o discurso político e religioso em seus variáveis graus de alteridade e variáveis graus de consciência e de afastamento. Foram palavras de outros que carregaram com elas um momento histórico de extrema importância para os seres humanos, pois tocava em sua espiritualidade; carregavam, também, suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reatualizamos. (apud Fairclough, 2001: 134).

Essa intertextualidade pressupõe a ‘inserção da história’ em um texto e, conseqüentemente, deste texto na história, isto é, os textos absorveram e foram construídos de textos do passado, respondendo-os, reatualizando-os e reatualizando-os. Essa historicidade intrínseca aos textos

permitiu a ACM trabalhar na sociedade em seu principal limite da mudança tanto social quanto cultural.

A intertextualidade é construída por meio do discurso bíblico em que se faz referência ao flagelo e morte de Cristo, quando Pilatos recebe as acusações, interroga, se senta no tribunal para ditar a sentença (Jn 19,13; Mt 27,19), e a condenação à morte na cruz por um delito formal: foi justificado como culpado.

De fato, existiram os costumeiros efeitos de sentido nas construções metafóricas que penetraram em outros tipos de discurso. Na atualidade, elas não são mais exclusividades do discurso literário.

As construções metafóricas penetram em outros tipos de discurso e são preponderantes na construção de idéias. Seleccionamos duas citações de Fairclough (2001:243) a fim de verificar o efeito metafórico produzido pela mídia:

“...as campanhas eleitorais não são conduzidas na verdade como confrontações ou discussões diretas, face a face: essa é apenas a forma como a mídia as constrói.”

“A mídia, pela maneira como seleciona, ordena e representa as informações, reduz a complexidade e a confusão de uma campanha a uma discussão ou a um combate com partes fixas, ataque seguido de contra-ataque. Isso é então retratado como uma realidade que a mídia simplesmente reflete, disfarçando assim os efeitos construtivos que a mídia, ela própria, exerce sobre a realidade.”

2.3. Apresentação dos Conceitos mais Recorrentes

2.3.1. Identidade

A Identidade é relacional, marcada pela diferença. A diferença é sustentada pela exclusão. A construção da identidade é tanto social quanto simbólica. Uma das formas de a identidade estabelecer suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. Na sociedade atual, o indivíduo é fragmentado, tendo ou "fazendo" parte de várias identidades. Num mundo tão complexo, onde informações de massa são jogadas todos os dias em cima das pessoas; onde migrações físicas, psicológicas e comportamentais acontecem a cada segundo; com a globalização mais acelerada do que nunca, é, e não poderia ser diferente, de o indivíduo não ter apenas uma identidade e sim se familiarizar, se identificar com várias.

A identidade não é estável e unificada, ela é mutável e às vezes até mesmo provisória. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Na modernidade, a explicação plausível para essa "diversificação" de identidades pode ser encontrada no fato denominado globalização. A globalização é a diminuição do espaço pelo tempo, com ela as informações, as culturas, os modos de vida, e diversas idéias de diferentes grupos são transitados por vários lugares, não importando o espaço e a distância, através dos meios de comunicação. Os meios de comunicação, com o avanço da tecnologia, estão cada vez mais aprimorados, facilitando a vida de "algumas"

peessoas; como a televisão, jornais, rádios e é claro a internet. Vale a pena lembrar que eles facilitam a vida de "algumas pessoas" pelo fato de nem todos terem o contato e recursos para obtê-los.

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. A globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas. A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades. Essa dispersão de pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares.

A globalização forneceu e fornece o "choque" de diferenças culturais, pois com toda essa "movimentação" de informações e culturas diferentes, muitas pessoas acabam se identificando com modos e opiniões diferentes daquelas que seu lugar de "origem" possui. Com isso, acabam adotando identidades diferentes, fazendo parte de diversos grupos, e até mesmo acabam adquirindo opiniões e posturas nunca imaginadas. Com todo esse "choque" de diferentes identidades, o próprio sujeito acaba se perguntando: Quem eu sou?, ou seja, acaba tendo uma grande dificuldade de se encontrar. Isso é contraditório, pois no mundo de hoje, com avanços científicos e tecnológicos cada vez mais notáveis, o próprio ser não sabe mais a que grupo pertence... não sabe e não encontra mais o seu "eu".

2.3.2. Ideologia

O discurso em uma dimensão *ideológica* que relaciona as marcas deixadas no texto com as suas condições de produção, e que se insere na formação ideológica. A dimensão ideológica do discurso pode tanto transformar quanto reproduzir as relações de dominação. Para Marx, essa dominação se dá pelas relações de produção que se estabelecem e as classes que estas criam numa sociedade. Por isso, a ideologia cria uma “falsa consciência” sobre a realidade que visa a reforçar e perpetuar essa dominação. Já para Gramsci, a ideologia não é enganosa ou negativa em si, constituindo qualquer ideário de um grupo de indivíduos. Mas, para Althusser, que recupera a ótica marxista, a ideologia é materializada nas práticas das instituições — e o discurso, como prática social, seria então “ideologia materializada”.

Para finalizar, de acordo com Fairclough (2001, p.121):

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.

3. Percurso Metodológico

Dado não é informação, informação não é conhecimento, conhecimento não é sabedoria.

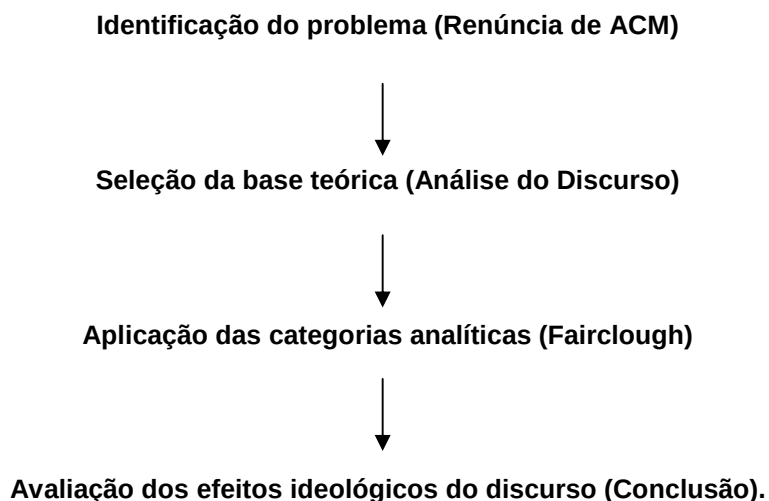
Cliff Stoll – Americano (Contemporâneo)
– Astrônomo.

Neste capítulo, apresentaremos as categorias analíticas selecionadas da proposta teórica de Fairclough (2001), as quais serão aplicadas ao texto de ACM. Antes, caberá um breve esclarecimento de como foi feita a escolha do texto para análise.

3.1. Os Passos Metodológicos

Para o trabalho taquigráfico esse episódio foi um dos mais empolgantes ocorrido no Congresso Nacional, porquanto ali estava um político experiente e de muito poder não só na Bahia, mas em todo o País. Desse fato surgiu a idéia de empreender análise discursiva do pronunciamento de ACM para, assim, revelar quais as ideologias inculcadas em sua fala, de maneira a tornar clara a linha argumentativa de que se vale o político em situação desfavorável.

Para visualizar o processo de seleção do **corpus** da pesquisa, apresentamos, agora, o seguinte esquema:



Finalizada essa etapa, passamos agora à apresentação das categorias analíticas propriamente ditas.

3.2. Intertextualidade

A Intertextualidade é como que a superposição de um texto literário a outro, ou a influência de um texto sobre outro que o toma como modelo ou ponto de partida, e que, às vezes, provoca uma certa atualização ou modernização do primeiro texto.

Alguns estudiosos identificam tipos de intertextualidade, entre os quais podemos destacar:

a que se liga ao conteúdo, isto é, a que se refere a temas ou assuntos contidos em outros textos, mediante referências explícitas (citações, com identificação da fonte) ou mediante referências implícitas;

a que se associa ao caráter formal, isto é, mediante textos que imitam o estilo, a linguagem de um autor ou obra (imitação de linguagem bíblica, jurídica; imitação da linguagem de João Guimarães Rosa; etc.). Um

leitor competente identifica facilmente essas relações, esse diálogo entre textos.

A intertextualidade diz respeito à possibilidade de um texto ser recriado. Quem escreve não escreve no vazio, pois um texto não surge do nada. Nasce de/em outro(s) texto(s). Pode-se dizer que escrever é a habilidade de aproveitar criticamente, criativamente outros materiais interdiscursivos, outros textos. É por isso que quem lê (de forma inteligente, conforme expusemos no capítulo "Como desenvolver a competência textual") está em situação privilegiada para escrever, uma vez que se apropria, mediante a leitura, de idéias e de recursos de expressão.

3.3. Metáfora

Metáfora é uma figura de linguagem que consiste na alteração do sentido de uma palavra ou expressão, pelo acréscimo de um segundo significado, quando entre o sentido de base e o acrescentado há uma relação de semelhança, de intersecção, isto é, quando apresentam traços semânticos comuns. Conceito tradicional e essencial para a compreensão do processo de significação da linguagem humana, a *metáfora* pode ser definida como uma *transferência* de significado que tem como base uma analogia: dois conceitos são relacionados por apresentarem, na concepção do falante, algum ponto em comum. A partir daí, amplia-se o campo de abrangência do vocábulo, instaurando-se a polissemia, essencial para que se realize qualquer processo de mudança, que exige variação e continuidade. Em termos cognitivos, os procedimentos analógicos apóiam-se em conceitos mais concretos e mais próximos à experiência do indivíduo. Dessa maneira, ele pode estender sua

compreensão para níveis mais complexos e abstratos de apreensão e conhecimento da realidade. Esse procedimento é altamente produtivo na ampliação e renovação do vocabulário de uma língua.

Embora seja um processo tradicionalmente encarado como eminentemente semântico, na verdade ele opera com regras pragmáticas. Se entendida apenas no nível semântico, a analogia metafórica pode não ser plenamente decodificada pelo receptor. As inferências são significações pragmáticas não dedutíveis de regras lógicas, mas sim de regras conversacionais, do que é verdadeiro ou relevante a partir das relações contextuais.

3.4. Ethos

Termo emprestado da retórica antiga, o ethos designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso no que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. O "ethos" faz parte, como o "logos" e o "pathos", da trilogia aristotélica dos meios de prova. Adquire em Aristóteles um duplo sentido: por um lado designa as virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência; por outro, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.

3.5. Prática Discursiva

Os elogios explícitos feitos por ACM à gente da terra são fortemente responsáveis pelo reforço da construção identitária do povo baiano. Esse aspecto é uma constante no discurso dos políticos.

A proximidade que seu discurso político apresenta une mais e mais o político e seus eleitores. Todavia, quando chama a população da Bahia de “Meu Povo”, observa-se uma característica antiga – habitual e contemporânea de Antonio Carlos Magalhães – do coronelismo: o de homem severo, honesto, bruto e pai de todos. Como baiano, muitas vezes ele se inclui como que a pensar exatamente como seus eleitores, induzindo-os a pensar em uma indignação por parte de toda gente daquele estado nordestino.

3.6. Significado das Palavras

Toda frágil consistência que a palavra costuma ter em nosso dia-a-dia se transforma em possibilidades múltiplas na política. Nela há todo tipo de expressividade verbal, destacada, principalmente, para deixar em dúvida o ouvinte ou leitor sobre a verdadeira pretensão do político, daí o uso recorrente de metáforas e outros processos em que a analogia tira do foco ameaçador o verdadeiro autor, transformando-o para melhor.

3.7. Efeitos Ideológicos e Políticos do Discurso

Seu limite face às exigências cada vez mais diárias da expressão humana. Seu exaurir-se enquanto recurso do homem no empreendimento da existência. Os limites científicos de sua natureza. Estão aí alguns dos lugares-comuns que revelam como, mais uma vez, se coloca em questão tanto o poder, quanto o vigor da linguagem humana. O desenvolvimento espantoso de todo o aparato midiático testemunha essa ***mise en question***, justificando a busca do homem dos nossos tempos por alternativas para esse comum e tão antigo 'instrumento' humano. No entanto, em nenhuma outra época, a palavra, na sua mais simples formulação, se mostrou tão necessária e urgente quanto hoje, quando os meios ditam os próprios discursos da mesma forma com que ditam suas verdades, principalmente oriundas em pretensas verdades políticas. Essa palavra que assim circula e que os homens assimilam como sua tem na verdade por função dominante a persuasão e por escopo, não os homens, mas a massa deles. Assim, seu sujeito, menos que sujeito é: são os agenciadores das vontades, potências que articulam as formas de persuasão e reprodução de mecanismos que sustentam isso que, na falta de outro nome, denomina-se poder. O impacto desse processo produziu, entre outros, um sentimento de saturação verbal e a total neutralização das vontades em que essa saturação implica. É oportuno observar que esta, inegavelmente ligada às políticas massivas ou globalizadas, decorre de uma espécie de desapropriação da linguagem de um dos pólos que explicam sua própria fecundidade: a constante vocação para a invenção e para a instabilidade.

4. Análise dos Dados: texto em exame.

“É fácil falar em nome do povo: ele não tem voz.”

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) – Poeta, cronista, autor de *Sentimento do Mundo* e *Amar se Aprende Amando*.

Este capítulo constitui o cerne da pesquisa. Neste espaço, daremos vazão ao estudo do texto selecionado, de acordo com as categorias analíticas nele aplicadas, de maneira a verificar as conseqüências das escolhas lingüísticas nele empreendidas.

4.1. O *corpus* da Pesquisa

O texto selecionado para análise é o Discurso de Renúncia de ACM. Busca-se verificar os aspectos ideológicos empregados e a utilização de determinadas estruturas lingüísticas que nos darão uma interpretação, algumas vezes, contraditórias, verificadas, implicitamente, nas entrelinhas. As diversas práticas de linguagem utilizadas por ACM, como: intertextualidade, dialogia, interação, argumentação e a oposição que constroem e fazem sentido à sua ideologia, utilizando-se para tanto dos estudos feitos por Fairclough.

Passemos agora à análise propriamente dita:

“Jamais renunciarei à coerência! Jamais renunciarei à ética! Jamais renunciarei à moralidade! Jamais renunciarei ao povo!”

A repetição proposital do modalizador “Jamais” no início de cada frase reforça o caráter apelativo de seu discurso, que a todo o momento, busca aproximação com a figura de quem é injustamente condenado. A idéia de

sofrimento, injustiça e maus tratos, culmina na figura do povo. É a esse segmento que o Senador busca atingir. Ao criar essa estratégia argumentativa, sua identidade fica atrelada à figura das massas. O verbo (renunciar), por outro lado, reforça a idéia de que ele não decepcionaria seu povo, já que um político deve estar ligado à sua coerência, à sua ética, à sua moralidade e, principalmente, ao povo (seus eleitores), e que mais reforçam as características desejadas pelo orador e edificantes para o seu ethos.

“Renuncio ao meu mandato também em respeito a você, Luís Eduardo.”

A frase acima transporta os ouvintes a uma significação de palavras que consegue alcançar o mundo temporal e o mundo espiritual, pois tenta comunicar-se com seus próprios eleitores (ACM) e com os eleitores de seu filho, Luís Eduardo Magalhães, morto recentemente. Assim, o significado da frase “em respeito a você”, em que busca entrar em contato com seu filho morto, traz um forte apelo cultural aos religiosos da Bahia, porquanto aos mortos se deve todo o respeito.

No trecho seguinte, temos a intertextualidade e a interdiscursividade com o discurso religioso, no qual o senador se apóia com o objetivo de fazer uma analogia com o fato histórico da Crucificação de Cristo, em que coloca, habilmente, os seus algozes (Congresso Nacional e opinião pública) equiparados, respectivamente, a Pôncio Pilatos e às multidões arrebatadas e em fúria. Ao citar diretamente os nomes de Pôncio Pilatos e fazer uma alusão indireta a Jesus Cristo, a categoria intertextualidade manifesta está presente.

Ao modificar de maneira intencional a fala de Poncio, temos a estratégia da interdiscursividade na qual o produtor do texto busca legitimar seu discurso em cima de um já existente e de prestígio.

Vale lembrar que o trecho referido corresponde ao primeiro parágrafo do discurso proferido por Afonso Arinos em 08 de agosto de 1954, isso revela uma busca constante por legitimação de seu posicionamento como réu injustiçado.

“No momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça e, no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema verdade, nesse dia o juiz, o representante do Poder Estatal, que era Pôncio Pilatos, em face à perturbadora fúria, em face das multidões arrebatadas esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam à sua pessoa e dos misteres políticos que incumbiam ao seu cargo, respondeu com estas palavras melancólicas: “Mas o que é a verdade?” Eu, no entanto, lhes pergunto: o que é a mentira? A mentira é a farsa que alguns montaram, com a ajuda de poderosas forças, para calar-me no Parlamento.”

O trecho do discurso abaixo apresenta o estilo diplomático e político que deve orientar as informações de um Senador. Nele, ACM não insulta seu desafeto diretamente, mas apenas o apresenta como um homem razoável para presidir um país, o que o torna mais sincero e correto pelo fato de ele não o desejar mal e tampouco odiá-lo, apesar de mostrá-lo afeto às vaidades, algo que nos levaria à preocupação, pois tal adjetivo é inadequado a um representante nacional, a alguém que deveria se despir de qualquer sentimento voltado ao interesse próprio e pensar somente no interesse do povo brasileiro. Em suma, ACM se apresenta como um homem bom e verdadeiro, sendo que, com essas virtudes, seria incapaz de ser mau e de apresentar uma

mentira que deslustrasse a imagem, principalmente, de um Presidente da República, apesar de ele o merecer.

“Não quero que pensem que tenho ódio do Sr. Presidente da República. Não lhe quero mal. Deveria até querer, mas o ódio não se abriga no meu coração nem na minha consciência.”

A negação inicial de que teria algum rancor do então presidente FHC, demonstra claramente um efeito ideológico: o de que apesar de ter apoiado por inúmeras vezes FHC, não obteve o retorno esperado no episódio do painel eletrônico.

“Discordo dos que dizem que o senhor presidente da República não tem gosto para governar. Não penso assim. Eu o considero um homem inteligente, capaz, vaidoso, mas nem por isso perde as qualidades de um possível bom governante.”

Outro exemplo de intertextualidade manifesta, é o trecho abaixo em que se utiliza da fala de Rui Barbosa, expoente político baiano, do qual se considera legítimo representante, pois muitos já o citaram indevidamente, o que não corresponde ao Senador, que teria autoridade suficiente para tal.

"O Brasil não é isso. É isso, O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano..."
Não sou eu quem o diz. É Rui Barbosa, tantas vezes impropriamente citado nesta Casa por pessoas sem as mínimas condições morais e

intelectuais para citá-lo, com ou sem óculos. Como Rui está atual. Disse Voltaire: "Uma única oração dirigi a Deus e muito curta. "Oh, senhor, faz com que os meus inimigos se tornem ridículos". E Deus me atendeu.

É meu dever alertar os homens de bem, aqueles que têm responsabilidade na vida econômica do Brasil, para que procurem, com a velocidade que a situação reclama e impõe, saídas que possam trazer um mínimo de felicidade ao nosso POVO sofrido e de independência à nossa aviltada Nação."

As Condições da Prática Discursiva nesse texto de renúncia são provenientes da vontade expressa, revisada e aceita por seu mentor – Senador Antonio Carlos Magalhães –, mesmo que tenha sido da lavra de um Assessor de seu gabinete ou mesmo de um Consultor Legislativo, ao que poderíamos chamar de produção coletiva direcionada para um consumo coletivo, posto que veiculado por rádios, TVs e jornais para todo o Brasil. O desenrolar dessa produção não pôde ser afetada pela ingerência da Sub-Secretaria Taquigráfica do Senado Federal, pois que pronto e já definido, o que evitaria transtorno dessa SSTaq com o político baiano.

Vejamos mais um exemplo em que o *ethos* no discurso de ACM se mostra mais que a expressão do eu diante do mundo, mas se mostra como uma visão megalomaníaca de si mesmo, em que ele enfatiza ser mais que apenas um político, mas uma máquina política capaz de formar uma sigla forte, dominadora e influenciadora das políticas local e nacional.

"Uma legenda viva que ninguém vai destruir assim, sem mais nem menos".

A aplicação das categorias analíticas nos revela, na prática, o que Fairclough (2001) nos diz que é por meio do discurso – utilizado

freqüentemente como instrumento estratégico de naturalização da ordem social vigente, em especial das relações de poder e das desigualdades sociais –, visa-se a construção, desconstrução e/ou reconstrução ideológica da realidade social. Discutiremos, mais profundamente, na próxima seção.

CONCLUSÃO

Para um político, a verdade é tão relativa quanto a lei de Albert Einstein, de tal forma que ela pode se transformar naquilo que mais convém à sua ideologia.

No episódio da violação do painel eletrônico, ocorrida em 2001, em um de seus discursos, ele afirma: "Eu jamais peguei qualquer lista de parlamentares" (SF, 05/2001); e também: "A lista de Parlamentares que votaram naquele dia, eu a queimei", contradizendo-se. Não pretendemos apenas apontar mentiras ou verdades nos seus discursos, mas mostrar quais os conceitos que ele dá à Mentira e à Verdade, de acordo com as circunstâncias, de acordo o momento político, de acordo com suas crenças.

Qual a ideologia de ACM? Será que ACM tem ideais que norteiam sua vida política?

Quanto a Antonio Carlos Magalhães, convém não esquecer do seu devotado empenho na cruzada anticorrupção, antipobreza, antinepotismo. A mentira, como o medo, tem uma função precisa no processo político, mas sua utilização – sempre discutível – implica em um objetivo maior, o que justificaria todos os meios para atingir determinado fim. Afinal de contas, os meios são relativos quando se trata de política. Como dizia Magalhães Pinto: "Política é como nuvem: você olha e vê um formato, mas quando olha de novo já vê outro." É como se Deus não existisse sem o Diabo, ambos como faces de uma mesma moeda. Assim, mentira e verdade constituir-se-iam em um par dialético

sempre presente na intimidade do ser humano. Por seu turno, explica Bakhtin que nada é estático, nada é permanente, nada é fechado.

Enquanto isso, para Barthes – com um enfoque predominantemente político –, a ideologia predominante tem como objetivo impedir a multiplicidade do signo o que a faz cristalizar a palavra em um único sentido ao qual chamamos de estereótipo. Ele até mesmo diz que desde o jardim de infância temos a linguagem como objeto em que se inscreve o poder. Assim, em todas as circunstâncias de intercâmbio social temos a mão do Estado. Não só nele, mas, inclusive, nas classes, nos grupos, nos modismos, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nas informações, nas relações familiares e privadas e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-los.

Presume-se, desta forma, que a liberdade humana só é possível fora da linguagem. Mas o que fazer se o homem só existe dentro dela, em seu interior, uma vez que não há separação entre homem e linguagem. Seria uma prisão perpétua viver nessa rede de poderes a que chamamos discurso? Como seria então livrar-se dos estereótipos? De acordo com Barthes, não podemos destruí-la, nem viver em seu exterior, mas podemos desviá-la de seus sentidos metafóricos, "jogar" com os signos, porque o que se tem é o poder espalhado por toda a parte. A par disso e diante de todo o trabalho despendido pelos que desejam a permanência estatal freqüente nas mínimas situações cotidianas é que se mostra preocupante todo enunciado que vai além da simples troca de informações. A esta intenção inapropriada e escusa da frase, cujo desejo precípua é unicamente nos orientar ao erro, dá-se o nome de sofisma. Houaiss, em seu Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa, nos dá o seu significado:

“argumento ou raciocínio concebido com o objetivo de produzir a ilusão da verdade, que, embora simule um acordo com as regras da lógica, apresenta, na realidade, uma estrutura interna inconsistente, incorreta e deliberadamente enganosa”.

Em consequência desse aspecto abusivo de indução, proporcionado pelo poder da palavra, e do espectro onipresente de certo número de parlamentares que têm como escopo a permanência constante no comando, encontram-se variedades tão complexas e emaranhadas de verdades e mentiras que elas se tornam apenas grandes possibilidades dessas vertentes, dando-se à população apenas a intuição individualizada – e não coletiva (o que foge de um diálogo positivo) – de crer ou não crer em algo intangível ao conhecimento humano: a certeza da verdade às voltas com os sofismas usados.

Muito embora nossos pais e nossos primeiros mestres nos afastavam de qualquer atitude que faltasse com o fato verdadeiro, sob pena de repreensão, a verdade sempre foi um peso na maioria das vezes e acabavam por se tornarem obstáculos em nossas vidas. Será aí o momento em que passamos a expor nossos verdadeiros ideais? Talvez, não. Essa atitude é inerente ao homem, conforme nos diz a Bíblia: “O homem ama a mentira, não ama a verdade, pois ele é mau por natureza”. (Romanos 01:25; Apocalipse 22:15).

As idéias, então camufladas, precisam vir travestidas de aparentes verdades, de onde se pode verificar a forma branda e costumeiramente aceitável das questões lançadas pelos representantes do povo (deputados e senadores), habilidosos na arte de dizer.

Nessa atmosfera repleta de discursos, Senador Antonio Carlos Magalhães passa a proferir seu discurso em 30 de maio de 2001. Seu pronunciamento, eivado de metáforas que nos levavam a uma lógica e quase insuspeita analogia histórica. Mais ainda: por intermédio de um belo sofisma analógico, ele se equipara a Jesus Cristo. Mas, por ironia do destino, em um ato falho e pecaminoso, não declara ser o primeiro parágrafo da lavra do ex-Senador Afonso Arinos, feito em 08 de agosto de 1954.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikail Mikhailovitch. 1992. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

FAIRCLOUGH, Norman. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BAKHTIN, Mikail Mikhailovitch. 1979. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Editora Hucitec. São Paulo.

BRAIT, Beth. 2005. *Bakhtin. Conceitos-Chave*. São Paulo: Editora Contexto.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Discurso de Renúncia.

www.senado.gov.br.

ANEXOS

Íntegra do Discurso de Antonio Carlos Magalhães.

No momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça e, no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema verdade, nesse dia o juiz, o representante do Poder Estatal, que era Pôncio Pilatos, em face à perturbadora fúria, em face das multidões arrebatadas esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam à sua pessoa e dos misteres políticos que incumbiam ao seu cargo, respondeu com estas palavras melancólicas:

"Mas o que é a verdade?"

Eu, no entanto, lhes pergunto: o que é a mentira?

E lhes respondo: mentira é a farsa que se montou para tentar interromper uma das mais longas e conceituadas vidas públicas de serviços prestados ao seu Estado e ao seu País.

A mentira é a farsa que alguns montaram, com a ajuda de poderosas forças, para calar-me no Parlamento.

Mas não me calarão nas ruas, em toda a parte, onde desmascararei, como tenho feito, os ladrões do Erário, os inimigos da verdade, os criminosos de todos os crimes.

Foram muitos desses, os julgadores de minha conduta ética, quando na verdade alguns sequer podiam julgar a conduta de quem quer que fosse, pois são desprovidos de conduta própria para ser julgada.

Há mais de três meses as atenções do País estão voltadas para mim, como se eu fosse o principal problema do Brasil, aliás, como se eu fosse algum problema para o Brasil. É a tática do diversionismo.

Falam de Antonio Carlos Magalhães, submetem-no ao mais torpe processo de linchamento político de que se tem notícia na história do país, enquanto as questões mais cruciais, quer no plano econômico, quer no plano moral, continuam a se agravar diante da inércia e da incompetência de seus principais governantes.

Existe crime mais grave? Seu autor, porém, por se julgar acima do bem e do mal, passa pela história como se com ela não tivesse o menor

compromisso. Imunidade? Não. O nome disso é Irresponsabilidade criminosa. Tudo o surpreende!

O povo brasileiro já não tem porque acreditar nos rumos seguros da nossa economia. A situação do país é muito grave, embora o principal artífice do governo sempre vá para a televisão de modo risonho dizer o contrário.

Permito-me citar alguns números.

De dezembro de 94 a março último, a dívida líquida do setor público quase quadruplicou: pulou de R\$ 153 bilhões para R\$ 589 bilhões. Ela, que em 1994, representava 28,1% do PIB brasileiro, hoje é equivalente a 50%.

O passivo externo líquido, que antes do atual governo era de US\$ 205 bilhões, hoje quase dobrou, atinge a casa dos US\$ 399 bilhões, o que representa quase 70% do Produto Interno Bruto.

Só entre dezembro de 2000 e março último, a dívida líquida do setor público cresceu em R\$ 25 bilhões, o equivalente a aproximadamente US\$ 10 bilhões, dinheiro que, se investido no setor elétrico nos últimos cinco anos, teria poupado os brasileiros das agruras dos inevitáveis apagões.

São números oficiais, fornecidos por órgãos públicos como o IBGE e o Banco Central, e que apontam ainda que, entre 1994 e o ano 2000, a taxa de desemprego cresceu 5,1% para 7,2%, enquanto a carga tributária total, que antes do governo Fernando Henrique Cardoso representava 27,9% do PIB, hoje já equivale a 32%.

A dívida interna e, sobretudo agora, a externa se multiplicam de maneira a tornar, dentro de pouco tempo, o país economicamente inviável.

A menos que aconteça o milagre de uma mudança radical, os investimentos cairão assustadoramente. A inflação, ainda contida, dificilmente não voltará.

É uma bomba de efeito retardado para o próximo governo.

É meu dever alertar os homens de bem, aqueles que têm responsabilidade na vida econômica do Brasil, para que procurem, com a velocidade que a situação reclama e impõe, saídas que possam trazer um mínimo de felicidade ao nosso POVO sofrido e de independência à nossa aviltada Nação.

Vamos viver o apagão energético, por culpa exclusiva de um governo imprevidente, moroso e autista.

Tenho em mãos relatórios da área energética relativos aos anos de 1996 e 2000, a que o governo não deu a menor importância, como de costume, aliás, mostrando com evidente clareza que a demanda de energia elétrica no país crescia em espantosa velocidade, diametralmente oposta à dos investimentos no setor.

Os relatórios mostravam ao primeiro mandatário da Nação que ou ele trabalhava em sintonia com os apelos da sociedade, ou mergulharíamos, logo, no caos irremediável.

E ele vai dizer que se surpreendeu com a falta de solidariedade de São Pedro!

Não tenho nada a lamentar pela queda de popularidade de nenhum homem público. O que lamento, o que deploro, de coração, é que a sociedade tenha que pagar um preço tão elevado pela omissão e pela imprevidência dos que hoje governam.

O governo não quis fazer os investimentos que o setor energético exigia. Eis hoje a que ponto chegamos.

E o pior é que, com o apagão, o povo vai pagar caro, o governo ainda queira capitalizar-se para fazer investimentos, não no setor energético, mas em outras coisas que nem sempre são as melhores para o Brasil.

Meus senhores,

Minhas senhoras,

O que me aterroriza mais do que o apagão é o apagão moral que há muito se abateu sobre os nossos horizontes, infelizmente com a leniência do governo.

O governo tem feito muito pouco para que se apurem os desvios de verbas públicas no País. Mesmo os casos apurados resultam em nada em termos de ressarcimento.

Não conheço um caso, um só caso ao menos, de um condenado pelo desvio de recursos públicos que tenham devolvido ao país um centavo dos milhões subtraídos do povo.

É culpa do governo, sim, mas é culpa, também, de uma Justiça que não é operante, como deveria ser em vários casos.

Agora mesmo já se anuncia a absolvição de Sérgio Naya; amanhã será a vez do Lalau e o apagão moral deste país continua cada vez mais grave.

Enquanto isso, um empresário paulista do PNBE, com 16 processos na Justiça pelos mais variados crimes dá-se ao debate de promover a entrega de pizza neste Parlamento!

Um desrespeito ao povo brasileiro. Ele deveria ser colocado não como um pizzaiolo, mas como um ladrão que efetivamente é! Mas não estamos no país dos nomes trocados?

Não quero que pensem que tenho ódio do senhor presidente da República. Não lhe quero mal. Deveria até querer, mas o ódio não se abriga no meu coração nem na minha consciência.

Portanto, acho justo que lhe dê alguns conselhos:

Não se julgue o infalível;

Não reclame de todos e contra todos, como tem feito ultimamente;

Deixe de se considerar uma entidade superior, onipotente, onipresente, abstrata e infalível;

Assuma os erros que são seus e não dos outros, muito menos do POVO, que é a grande vítima de seus grandes desencontros;

Tenha humildade, faça reflexão e veja que esta situação não pode continuar. As áreas sociais estão abandonadas.

Enquanto isso, continuamos rigorosamente em dia com o FMI e os organismos internacionais, que nos asfixiam, nos menosprezam e ridicularizam.

Discordo dos que dizem que o senhor presidente da República não tem gosto para governar. Não penso assim. Eu o considero um homem inteligente, capaz, vaidoso, mas nem por isso perde as qualidades de um possível bom governante.

Entretanto, o governo é indelegável. O presidente, num regime presidencialista, tem que comandar todos os setores da administração pública. Se não os comanda, acaba por fazer delegações a quem não merece recebê-las. Os resultados são sempre funestos para o país. São muitos os exemplos do seu ministério.

O senhor presidente da República tem que mudar de orientação no tempo que lhe resta de governo, para ver ainda consegue recuperar o prestígio que fez presidente duas vezes. Nada mais triste que uma despedida melancólica.

É preciso correr atrás do tempo perdido.

A saúde vai mal, as estradas estão péssimas em todo o país.

Os investimentos sociais, ao contrário do que aparentam, não cresceram absolutamente nada.

Os salários cada vez menores, a vida do POBRE cada vez pior, chegando a apontar, para futuro próximo, a desordem, que só pode ser evitada se medidas urgentes virão.

Aconselho também ao senhor presidente, que exija de seus economistas que eles não se preocupem apenas com números, mas que pensem na vida dos mais POBRES, que não têm sequer condições de ver números.

Precisamos de pessoas com calma.

Uma nação não é uma referência estatística, mas a uniformidade de sentimentos que o cidadão deixa de ter quando lhe faltam as coisas mínimas com que se constrói o conforto coletivo.

É preciso que o senhor presidente compreenda também, que não se resolvem problemas do POVO com o uso de verbas públicas em votações de projetos, mesmo que eles sejam importantes para o governo.

Além de deseducar, cria-se o hábito de só se obter vitórias com a barganha, nunca transparente. Como toda a barganha, aliás. Esses métodos, além de ultrapassados, estão maculando sua vida honrada.

Um eminente membro do governo federal recentemente afirmou que eu criei alguns problemas para o Executivo, mas que a minha atuação foi mais positiva do que negativa.

Realmente, sem falsa modéstia, foi muito positiva para o governo, que não contou, porém, com um presidente do Congresso subserviente para atender-lhe naquilo que não merecia ser atendido e diminuir a força do poder, como muitas vezes é desejo, infelizmente, daqueles que estão no Palácio do Planalto. É porque eu não precisava barganhar para ocultar crimes que jamais cometi.

Com respeito, mas altivez, jamais deixei de fazer alertas ao senhor presidente.

Não foi por falta de alerta que despencamos em direção ao abismo.

Alertei o governo, em tempo hábil, para o precipício que de nós se avizinhava. Nada foi feito e hoje quem paga a culpa é o povo.

Deixando de ser senador, abro caminho para que os senhores examinem como quiserem a minha vida.

Posso lhes assegurar, antecipadamente, contudo, que não cometi qualquer crime contra o erário, não fiz advocacia administrativa, não procurei enriquecer a quem quer que fosse. Não furtei. Ao contrário, apontei ladrões que ainda estão impunes.

Desafio ministros de Estado de todas as pastas; presidentes de todos os bancos para apontar um favor qualquer que eu tivesse pedido para particulares.

A vida pública assim o exige e, quem sabe, o tal Conselho de Ética desta Casa não se veja obrigado a fazer aquilo que não fez, por covardia, encaminhando ao Ministério Público, que, como de costume, arquivou.

Paradoxalmente, agradeço ao Conselho de Ética por assumir a atitude que assumiu no meu julgamento, deixando claro que não estava atrás da justiça ou da verdade, mas de uma condenação politicamente conveniente, para deixar intacta a crise ética que rói neste momento as mais importantes instituições brasileiras.

Se houve a menor dúvida sobre a natureza e as intenções do processo a que me submeteram; se os senadores que pediram a minha condenação tivessem resguardado pelo menos em aparência de isenção, meu nome talvez estivesse agora manchado por seus votos e seus relatórios. Mas saio deste processo com entrei, convencido de que eticamente eu tinha razão.

Agradeço também ao Conselho de Ética que, ao precipitar indevidamente a minha sentença condenatória, poupou ao país, ao Congresso e a mim a exposição por mais tempo ao espetáculo deseducativo de uma simulação de julgamento de um tribunal, que em vez de perseguir a Justiça, persegue aos adversários incômodos. Eu incomodei, sobretudo aos inimigos do erário. Não me acomodei, como é hábito nesta Casa.

Agradeço ao governo Fernando Henrique Cardoso, de quem fui aliado e agora sou vítima, porque, ao me deixar sozinho na luta contra a corrupção, alforriou-me do penoso compromisso de acompanhar até o fim o seu longo declínio.

Eu não teria coragem de fazer a ninguém o que se fez comigo.

Mas, graças a todos eles, embora sem mandato, sinto-me mais livre do que nunca para trabalhar exclusivamente pelo que me interessa o Brasil e a Bahia.

Senhoras e senhores,

Respeitáveis juizes do Conselho de Ética,

Nabuco disse: "Se dos moderado não se podem esperar decisões supremas, dos exaltados não se podem esperar decisões seguras."

Foram os exaltados, os que fingem defender a ética, mas não a praticam, foram eles, através de um relator que cada dia opinava de uma maneira, a ponto de desconhecer, ele próprio confessa, os fundamentos jurídicos que lhe foram entregues e que os considerou valiosos, mas não citou sequer, em qualquer das páginas do seu faccioso relatório.

O recalque e a inveja, mais que outros sentimento humanos, explicam a maneira mesquinha como determinados homens se comportam, principalmente quando colocados frente a frente com outros homens que lhes causam inveja e os fazem recalcados.

Eu fui considerado prefeito do século em Salvador. Compreendo, embora não as aceite, sobretudo quando voltadas contra homens de bem, as atitudes de quem já foi considerado o pior prefeito da história do Rio de Janeiro, não conseguindo sequer, eleger-se vereador. Hoje, é juiz...

O recalque e a inveja às vezes são piores do que o ódio. Peço a Deus que me livre desses sentimentos mesquinhos.

De qualquer sorte, lembro que os membros do Conselho de Ética não foram votados para perseguir inimigos ou adversários, e sim para fazer justiça aos representantes do povo que, põe expressivas votações, aqui chegaram e cujas lideranças e história, a injustiça que praticam não apagará jamais.

A regra de ouro das democracias é de que todo poder emana do POVO e em seu nome será exercido. De onde decorre que o mandato popular

é sagrado e aqueles que têm o poder de arrancá-lo do seu legítimo titular devem lidar com esse poder como quem lida com uma coisa sagrada, conscientes da soberania do mandato popular conseguido em eleições livres e legítimas.

Para que um mandato assim conquistado seja cassado, é preciso que se obedeçam rigorosamente às leis e que haja motivos tão grandes e fortes que sobrelevem à vontade popular.

Confio na Bahia e no Brasil, confio, acima de tudo, em Deus, que voltará os seus olhos piedosos para esse Parlamento para que ele melhore, a cada dia, e que não viva do ódio que não constrói, mas que, infatigavelmente, circula no sangue de alguns histriônicos demagogos nesta Casa.

Não pensem que estão decidindo meu destino. Quem decide o meu destino é a Bahia, é o seu povo e não uns falsos arautos da moralidade que, quando se olham no espelho, riem porque estão enganando a si mesmos.

Espero, confiante, que essa fase da imprensa, do rádio e da televisão, principalmente, passe, pois nunca houve, neste País, um envenenamento da opinião pública como agora, numa técnica de fazer inveja aos regimes totalitários, em seus momentos mais cruéis.

O caminho da minha vida poderia ter sido mais suave, se eu me tivesse calado às ignomínias praticadas por aqueles que, por dever, deveriam ser guardiães da vida pública.

Preferiam fechar os olhos ao que acontecia, contanto que se fizesse uma aliança política, espúria de nascença, aparentemente sólida, porém, com vultosos custos ao Brasil.

Sempre lutei contra isso. E tenho documentos em mãos para provar que o alerta foi dado em tempo hábil, a quem de direito, mas não foi acatado.

Como disse um grande brasileiro no parlamento, aqui se habituou a tudo ter o nome trocado. O agredido é chamado de agressor, o caluniado de caluniador. Aponto um crime, chamam-me criminoso, e o que é pior, aponto vultosos roubos e sou comparado, com a vida honrada que tenho, aos ladrões.

Não era, pois, possível denunciar tudo, sem pagar alguma coisa.

O preço pode ser alto para mim e para meus queridos amigos que sofrem comigo as injustiças, mas esperam o momento para o acerto final,

que só se fará quando a impunidade acabar e os criminosos, sobretudo os grandes criminosos, pagarem pelos seus pecados.

E, por mais que paguem, ainda serão devedores.

Há três meses, repito, não se fala em outra coisa, senão no crime que não cometi. Paralisa-se a vida da Nação para que, talvez às escuras, nos apagões, os crimes possam ser multiplicados.

Cito Rui: 'Minha pátria nunca me colheu em ações que não a honrassem. Os ataques imerecidos ressentem contra os seus autores . As injustiças voltam de ricochete aos injustos. Os escândalos da ira e da soberba repincham à face dos escandalosos. Esses desequilíbrios o que inspiram é comiseração e desprezo.'

É com desprezo que olho para alguns, com comiseração e até respeito para outros.

Senhor presidente;

Fiz muitas acusações a Vossa Excelência, que merecem ser esclarecidas. Cabe-lhe respondê-las, para que não parem dúvidas sobre a sua atuação.

Da mesma forma, com relação à minha pessoa, Vossa Excelência, ou qualquer outro, também terá o direito de comprovar, se for possível, qualquer acusação que me tenha feito.

Não vou permitir que se jogue fora um sólido patrimônio de várias décadas de vida pública, mas que não vão terminar aqui.

Reúne o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar figuras que deveriam ser conspícuas, justas e imparciais para fazer o julgamento de seus colegas. Alguns o são. Outros, porém, nem tanto.

A esses do nem tanto se juntam outros que nem sequer pertencem ao Conselho, mas se aproveitam dos holofotes e dos flashes para o grande espetáculo circenses que se prestam a promover, num situação bisonha, pois, sem talento para a interpretação humorística, acabam caindo no ridículo.

Pior, ainda, senhores senadores, não há nada mais triste do que a que assistimos nos últimos dias.

A Câmara alta do Poder Legislativo exposta ao escárnio público pelos que a apequenam e a menosprezam, preocupados apenas com a

promoção pessoal, num esforço ingente de se tornarem vistos, pagando, para tanto, o preço da ridicularização com a seriedade do cargo de senador e, ainda mais, com a responsabilidade de julgadores de que, naquele momento, estavam investidos.

Voltaire:

"Uma única oração dirigi a Deus e muito curta. "Oh, senhor, faz com que os meus inimigos se tornem ridículos". E Deus me atendeu.

"O Brasil não é isso. É isso, O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano..."

Não sou eu quem o diz. É Rui Barbosa, tantas vezes impropriamente citado nesta Casa por pessoas sem as mínimas condições morais e intelectuais para citá-lo, com ou sem óculos.

Como Rui está atual.

Não! Não serão esses falsos moralistas que traçarão, daqui para a frente, o meu destino. Não serão os movidos pelo ódio, pelo despeito e pelas frustrações de pigmeus, de aprendizes deslustrados, de rábula travestidos de bacharéis, especializados em no direito de linchamento, que projetarão à minha sombra. Rábula é rábula. Bacharel é Bacharel.

Este será sim, um momento histórico, mas não escrito com sangue que pensaram arrancar de mim. Estará, mais uma vez, pela soberania do povo baiano que, em breve, dará a resposta a esses poucos que tentaram cassar-lhes a vontade manifestada soberanamente nas urnas.

Repito: não traçarão o meu destino.

Neste momento histórico, faço questão de olhar de frente, nos olhos de cada um dos senhores, sobretudo dos que compõem o Conselho de Ética, para lhes perguntar a qual dos senhores interessa silenciar a minha voz, a minha incômoda voz, mas coerente e sempre sintonizada com os interesses do Brasil.

Deve haver motivos particulares, e até particularíssimos, muitos dos quais moralmente inconfessáveis, para justificar o tratamento do condenado por antecipação que recebo desde o início deste rumoroso caso.

Fui submetido, repito, a um tratamento injusto, mas sobretudo covarde, que rejeito como senador, mas rejeito, acima de tudo, como cidadão de largos serviços prestados ao meu país e, por isso mesmo, merecedor do respeito meus concidadãos.

Um tratamento muito mais digno e respeitável do que merecem alguns dos meus algozes, que nunca tiveram, não têm e certamente jamais terão os atributos morais que, perdoem-me a imodéstia, fizeram da sigla ACM, mais que uma sigla, uma legenda que ninguém vai destruir assim, sem mais nem menos.

Lembro-lhes que não me fiz sigla e legenda ao acaso. Jamais montei esquemas duvidosos ou deles participei para eleger-me a qualquer cargo público.

Não posso nem aceito, por isso mesmo, em qualquer hipótese, ser tratado com menosprezo, muito menos ainda com desrespeito.

Volto a perguntar:

A quem interessa a posição de culpado que violentamente tentaram me impor naquele "conselho" de exceção em que foi transformado o tal Conselho de Ética desta Casa?

A quem interessa o meu sacrifício há muito anunciado?

Aos que denunciei pela omissão criminosa e, até certo ponto, conivente com o elevado índice de criminalidade específica no país?

A quem interessa silenciar, neste momento, a minha voz?

Aos que jamais me perdoaram pelo crime, entre aspas, de simples e discriminado nordestino, lutar pelo fim das desigualdades regionais, conseguindo levar para o Nordeste, resistindo a imensas pressões, o grande projeto da Ford?

A quem interessa a minha cremação política?

Aos que a mim se opuseram quando, postulando um Brasil mais igual, mais justo e mais humano para os brasileiros de todos os brasis, defendi a criação de um fundo de combate à pobreza de que resultaria na concessão

de milhares e milhares de bolsas de estudo que ajudam a compor a renda mínima dos cidadãos?

Aos que, no estuário das lutas por um Brasil menos desigual, eu contrariei, ao arrostar os interesses por vezes mesquinhos de empresários, e a timidez às vezes covarde do próprio governo pela concessão de um salário mínimo menos aviltado aos trabalhadores brasileiros? Queriam impor um salário de R\$ 151. Conseguimos R\$ 180, o que ainda é muito pouco, mas conseguimos.

A quem interessa calar a minha voz?

Àqueles profissionais do exercício de pressões ilegítimas?

Recordo quantas resistências enfrentei e tive que superar para criar a CPI do Judiciário!

Ela foi um ponto alto na vida do Senado Federal, graças sobretudo ao trabalho de seu relator, o senador Paulo Souto, e às medidas que tomamos acima dos partidos, e que resultaram, entre outras coisas, na prisão de um juiz desonesto, o célebre Lalau, que está prestes a ser solto!

Recordo quantas resistências enfrentei, infelizmente sem poder superá-las, para que o governo mandasse apurar os escândalos dos porto brasileiros, especialmente dos de Santos e da Bahia, em cujos porões se abrigam algumas das ratazanas a que a pouco me referi, lembrando Rui.

Recordo quantas resistências enfrentei para que o governo investigasse o escândalo da Sudam.

Eu lhes pergunto: Por que ter tanto medo de investigações? A investigação não deve ser uma rotina na vida de qualquer povo, mas quando necessária, torna-se uma obrigação promovê-la sem restrições, para que todos saibam o que ocorre no país e o próprio governo se sinta à vontade, proclamando sua decência.

Ao contrário, o que se vê hoje no Brasil é o emprego de meios, métodos e recursos até moralmente condenáveis, para impedir a investigação dos mais tenebrosos casos de desvio de verbas públicas.

E verdade que quando o governo federal permite as investigações, quase sempre encontra coisas piores do que ele esperava. Veja o caso da Sudam.

Na Sudam, anunciava-se um desvio de 40 milhões e se acabou constatando que o rombo era muito maior, de mais de 2 bilhões de reais.

Abro um parênteses neste capítulo sobre a quem interessa calar a minha voz para lembrar que vossa excelência, senhor presidente Jader Barbalho, esteve ligado a alguns dos personagens envolvidos no escândalo da Sudam.

Assim, o Brasil quer que vossa excelência preste as explicações indesejáveis sobre todos os fatos já apontados, inclusive ligações com fraudadores beneficiários da Sudam, como Osmar Borges, José Soares Sobrinho, Maria Auxiliadora Barra Martins, José Arthur Guedes Tourinho, Maurício Vasconcelos, além dos célebres casos do Banpará e Polígono dos Castanhaes.

Falo, certo de que estou colaborando com vossa excelência para que, amanhã, o verdadeiro responsável que permitiu tudo isso não venha, direta ou indiretamente, voltar a incriminá-lo.

Agora, vamos falar das privatizações.

Todos de boa fé tiveram esperanças nas reformas e nas privatizações. Ninguém mais do que Luís Eduardo ajudou o presidente em tais processos.

Entretanto, também, hoje ninguém é capaz de dizer como foram empregados os recursos das privatizações e que benefícios elas trouxeram ao país. Foram acertadas ou erradas?

De qualquer sorte, porém, também não se conseguiu apurar o que ocorreu com as privatizações comissionadas de algumas das mais importantes empresas públicas nacionais.

Se houver investigação, vai se ver que alguma coisa errada aconteceu...

E o povo haverá de perguntar: E daí? Escondem-se os rombos e os escândalos? Por quê? Estamos na república dos avestruzes.

Não poderemos mais viver a república dos avestruzes, muito menos a república dos amigos, dos familiares que se revezavam no poder para produzir as mesmas perspectivas sombrias e tenebrosas, como as que se projetam sobre o Brasil neste instante.

O Brasil cresceu muito, tem produzido tantos homens capazes de reformar a situação em que vivemos, mas nenhum deles sequer é lembrado.

O governo federal insiste em se acercar dos mesmos de sempre. Sai um, entra outro, entra outro, sai um e o país na contramão de seus destinos. E todos ficam muito bem...

Essas sanguessugas não só se enriquecem, como emPOBREcem a nação, sob todos os aspectos.

Defendo uma emenda constitucional criando o Orçamento Impositivo, que o governo fez tudo para sabotar, porque não quer um Orçamento Impositivo.

Por que não quer?

Eu lhes respondo: a fim de que possa fazer, como bem desejar, sem compromisso nenhum com a ética, a utilização das verbas públicas para todos os fins, principalmente os da baixa política.

Vejam os senhores quanta ironia:

Crio uma CPI para combater os desonestos e indecorosos do Judiciário;

Denuncio os escândalos dos portos, com provas;

Denuncio os escândalos do DNER e da Sudam, com provas;

Tento introduzir na administração pública brasileira um modelo de orçamento respeitável e moralizador;

Promovo, contra a vontade de altas figuras da república, a mais ampla e importante cruzada de que se tem notícia em toda a história do Brasil contra a corrupção e os corruptos;

E, no entanto, sou obrigado a deixar o Parlamento sob a absurda acusação de quebra de decoro parlamentar!

O Brasil não é isto. O Brasil dos nossos dias é isso, infelizmente.

Meus senhores,

Minhas senhoras

Embora esta tenha sido, até hoje a minha segunda casa, por mais paradoxal que pareça, estou me sentindo num ambiente de Brutos, com a única diferença:

Eu não nasci César e nem em Cesar os Brutos vão conseguir me transformar.

Deixo-os antes da traiçoeira punhalada final.

E que fique bem claro: Deixo-os, mas não a essa Casa, que dela me afastarei temporariamente.

Deixo-os, aos que, certamente, já terão suas máscaras caídas ao chão perante o eleitorado de seus Estados, e aqui não pisarão mais, para gáudios daqueles que honraram e ainda honram a história do nosso Parlamento.

Eu poderia ter ido ao Supremo Tribunal Federal defender o meu mandato, há muito cassado por alguns juízes justiceiros desta Casa.

Não me faltaram razões para pedir à Justiça que corrigisse as injustiças que se cometeram contra mim, mas não fui.

Não fui, porque não queria mais reviver momentos aqui vividos, que não me honraram e até desonraram aqueles que os promoveram na condição de meus algozes.

Não deixaria também, senhor presidente, que este assunto fosse resolvido pela Mesa desta Casa, para depender, quem sabe, de um voto de minerva de vossa excelência para ser oficialmente condenado. Ou obter uma absolvição comprometedora.

Não faço pactos, expressos ou tácitos, quando minha honra está em jogo. Se existe acordo, é outro...

Não que eu acreditasse em seu espírito de vingança, mas não ficaria bem, depois de tantas acusações sérias que fiz contra vossa excelência depender de vossa benesse para continuar senador.

Muitos me aconselharam a deixar o Senado no dia de sua eleição. Não ouvi os conselhos. Errei. Teria sido um gesto coerente com o que eu penso, com o que eu digo, com o que faço.

E a lista?

A lista de votantes da cassação de Luiz Estevão, que me chegou às mãos, já disse e repito, eu a destruí. Cópias, porém, acredito existirem algumas.

O ex-senador e ex-líder do governo, o doutor José Roberto Arruda poderia prestar um grande serviço à Nação se a divulgasse. Quantos outros ainda iriam corar...

É certo que faria sofrer aos que traíram seus partidos repletos de dogmas, e às próprias consciências.

Senhoras e senhores senadores:

Entre as fraquezas do ser humano, jamais conheci o que é o medo.

Às vezes, pelas circunstâncias, sou obrigado a silenciar. Jamais, porém, serei silenciado.

Não são pouco os que desejam calar a minha voz. Mas ninguém vai consegui-lo.

Somente o povo da minha terra me fará silenciar, no dia em que eu deixar de ser digno de sua confiança.

Deus jamais permitirá que chegue este dia.

Estou voltando para a Bahia.

Vou voltar para o convívio mais próximo dos meus amigos. Os intelectuais, Jorge e Zélia a simbolizá-los; os motoristas; os taxistas; os artistas; os comerciários e comerciantes, os industriais e os industriários; os feirantes; os professores; os garis; as baianas de todos os terreiros e todos os tabuleiros; os pescadores; os homens do cais do porto;

Os artistas; os prefeitos e vereadores dos 417 municípios baianos; os meus amigos do campo e trabalhadores rurais que nunca me abandonaram, porque também jamais os abandonei;

Os homens simples de minha terra, de todas as cores e luzes; de todas as crenças e credos; todo o povo desta imensa Bahia que eu carrego no coração e por ela sou carregado no coração e nos braços.

Estou voltando para receber de volta o carinho de minha gente ofendida e magoada pela maneira como me ofenderam e me magoaram.

Retornar à Bahia é recuperar ânimo e forças para voltar, em breve, a esta Casa. Ou além dela.

Paguei e estou pagando pelos pecados dos corruptos, dos prevaricadores, dos covardes, dos pusilânimes, quando, na verdade, crime algum cometi.

Era meu desejo ir até o fim, desde que tivesse a certeza de que seria julgado com imparcialidade e isenção.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, vergonhosamente, porém, deixou se fazer refém de uma parcela da imprensa. Lá, repórter virou promotor e procurador da República virou repórter! Inacreditável!

Mas, e como alguém já disse, nenhum caminho de flores conduz à glória. Piso em espinho.

Senhoras e senhores senadores.

Estou deixando, hoje, esta Casa.

Deixo-a convencido de tê-la honrado, sobretudo quando a dividi por duas vezes.

Tornei-a ativa, independente e respeitada.

Criei áreas de atrito, é verdade, mas nenhuma casa legislativa se faz ativa, independente e respeitada sem atritos, desde que respeitosos e construtivos.

Este, talvez, seja o preço mais alto a ser cobrado neste instante, o de não ter permitido que o Congresso Nacional se quedasse às pressões dos que se julgavam donos de poderes ilimitados e proprietários da vontade e dos destinos do país; dos que tentaram, pela força, anular a atuação responsável de um dos pilares da democracia, que a tanto custo tentamos construir.

E este preço, senhores, orgulho-me por pagá-lo.

O preço do engrandecimento do Poder Legislativo em uma profícua gestão, que teve ao seu final, indelevelmente marcado na vida do parlamento brasileiro, o reconhecimento externado por membros de todos os partidos, das diversas correntes ideológicas com assento nas duas Casas do Congresso Nacional.

Tenho aqui comigo, impressos em livro, os discursos que muitos dos senhores pronunciaram com elogios à maneira sensata, correta e ativa como que dirigi esta Casa.

É livro quase recém-saído pelo prelo, testemunha insuspeita e incontestável do meu comportamento ético.

Alguns dos depoimentos que o livro contém me tocaram muito.

Na época, os julguei sinceros.

Com humildade, cheguei a perguntar se os merecia.

E me convenci, confesso-lhes que com vaidade, que os merecia, não como Antonio Carlos Magalhães, mas como o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado.

Porque fui corajoso, íntegro e honesto.

Vejo hoje, com tristeza, que me equivoquei a respeito de alguns dos que me julgavam corajoso, íntegro e honesto.

Consola-me, contudo, saber que da época do elogio, que eu supunha justo e sincero, à época do linchamento político, que é uma grande injustiça, eu não mudei.

Não mudei, absolutamente em nada.

Mudaram, sim, alguns que, em menos de três meses, como é de hábito, esqueceram o que disseram.

Infelizmente, faz parte da vida.

Deles não tenho raiva, ressentimentos ou mágoas.

Com toda a sinceridade, deles tenho pena.

Ninguém pode cobrar coerência de incoerentes, muito menos caráter dos sem caráter.

Mas a vida continua.

Tive sempre a preocupação e fazer cumprir a norma constitucional pertinente à independência dos poderes, como modalidade asseguradora de uma estrutura democrática para o país.

Centrei o meu trabalho neste fundamento básico, que a Lei Maior constantemente me inspirava, no propósito inabalável da grandeza do Poder Legislativo, fazendo-o ainda mais respeitado diante de todos os segmentos da opinião pública brasileira.

Guiei-me sempre pelas grandes razões, convencido de que, com ensinou Vieira, o governante não deve seguir a razão dos grandes, e sim as grandes razões.

Renunciar ao mandato que o povo baiano me confiou custa-me muito.

Mas duvido que, em toda a história do Brasil, um político tenha sido de forma tão cruel e injusta espancado quanto eu.

Paguei e estou pagando pelos pecados dos corruptos, dos prevaricadores, dos pusilânimes, alguns dos quais estão aqui, na minha frente, assistindo com prazer mórbido ao seu gesto de despedida desta Casa.

Quando se renuncia a algumas certezas que não estão em perfeita sintonia com o sentimento popular, por mais arraigadas que sejam as convicções. a renúncia ganha outro nome: humildade.

A humildade de reconhecer os próprios erros e mudar em benefício do interesse comum é o tipo de renúncia que só engrandece àqueles que a tomam para si, fazendo com que ainda mais cresçam na alma e nos corações do POVO.

Quando se renuncia aos interesses pessoais, a renúncia tem outro nome: ética.

Erigir a impessoalidade como forma de ação, combatendo toda a sorte de tentações subterrâneas, significa combater o apadrinhamento e o privilégio.

Mas há um outro tipo de renúncia que não engrandece, apequena; não eleva, rebaixa; não produz, reduz.

Não se renuncia à própria história, porque significaria renunciar à própria coerência.

Não se renuncia à ética, porque significaria renunciar aos próprios valores.

Não se renuncia à moralidade, porque significaria renunciar ao justo e ao correto.

Não se renuncia aos ideais de toda uma vida, porque significaria renunciar a si mesmo.

Não se renuncia ao compromisso com os mais elevados princípios da vida pública, porque significaria renunciar ao próprio povo.

Estejam certos os que me conhecem:

Jamais renunciarei à coerência!

Jamais renunciarei à ética!

Jamais renunciarei à moralidade!

Jamais renunciarei ao povo!

Renunciar a esses valores tão sagrados significaria transformar-me em algo que lutei a vida inteira para não ser.

Quero sem lembrado como o ACM, sim, mas como o ACM quem jamais renunciou às causas justas, às causas certas.

Mandatos se recuperam nas urnas _ e irei fazê-lo_, para que seja submetido ao juízo daqueles que realmente importam na democracia, e não a falsos juízes, sem toga e sem estatura de qualquer espécie.

Meu querido povo, minha querida Bahia, minha renúncia deve ser compreendida como um último gesto de sacrifício em favor dos ideais de uma vida inteira!

Recebi de todo o país milhares e milhares de palavras e gestos de apoio e solidariedade.

Eu estava em casa, no sábado, estruturando este discurso, quando o telefone tocou.

Era dona Quiola, uma lenda no Nordeste do Brasil, a mãe do presidente Sarney, que ainda com sua voz forte de mais de 90 anos me dizia que Deus iria me ajudar e me estimulava a enfrentar o dia difícil que hoje enfrento.

Recebi o apoio e o carinho de amigos, que nunca se deixaram envolver e levar pelo clima de trucidamento que reinou nesta Casa.

Eles merecem, mais que respeito, a minha gratidão.

A todos agradeço comovido, mas quero fazer um agradecimento particular ao meu partido, o PFL, que esteve unido em todos os momentos, dando-me o necessário apoio político, moral e humano para que eu pudesse resistir. de pé, aos golpes desleais e covardes que recebi, inclusive de alguns pares desta Casa.

Sou muito grato ao PFL, a todos os meus companheiros de tempos e de rumos, a toda a sua direção, mas, em particular, aos seus membros no Conselho de Ética.

Não posso deixar também de dar uma palavra de total agradecimento aos funcionários desta Casa, todos eles, dos diretores aos mais modestos, que me ajudaram a presidir o Senado com decência e honestidade, marcando uma época que, acredito, servirá de exemplo para todos os que queiram dirigir o Congresso Nacional com decência e dignidade.

Faço questão de dirigir os agradecimentos especiais aos meus queridos amigos e amigas de gabinete que, com trabalho, competência e carinho, me deram forças para suportar as injustiças.

Renuncio ao meu mandato também em respeito a você, Luís Eduardo.

Onde quer que esteja agora, sei que está comigo.

Nas horas difíceis que passei, antes desta decisão terrível, conversei muito com você.

E quero lhe agradecer.

Você, mais uma vez, não me faltou!

Mais uma vez soube me fazer ouvir as mensagens mais duras, amolecendo este velho coração.

Luís, estou aqui agora para honrar a sua memória.

A vida que me resta, e que lhe faltou tão cedo, só tem sentido se eu continuar radicalizando cada vez mais na direção do que é correto.

Esse é meu único projeto político, minha única ambição.

Onde você estiver, embora o saiba sempre dentro do meu coração, tenha a certeza de que me esforçarei ainda mais agora para estar à altura de seu legado.

Que o nosso Júnior, que é meu suplente por sua inspiração, chegue a esta Casa com a disposição de trabalhar, sobretudo nas searas que ele domina, a economia e a administração.

Informo ao senhores senadores que o doutor Antonio Carlos Magalhães Júnior é um empresário de extrema competência e um ilustre professor universitário, respeitado pelos colegas e admirado pelos alunos. Vem honrar o cargo que ocupei e ser digno da fraternidade que o uniu a Luís Eduardo.

Senhores e senhoras senadores:

Que as minhas últimas palavras sejam inspiradas em um grande pensador: "Há somente duas coisas que me embutem respeito: o céu estrelado sobre mim e a consciência moral dentro de mim."

Muito obrigado.

Percurso Metodológico

Atividade	Mês	Outubro de 2006	Nov. de 2006	Dez. 2006	Janeiro de 2007	Fevereiro de 2007
Levantamento bibliográfico		X	X			
Identificação do <i>corpus</i> de trabalho		X	X			
Desenvolvimento da pesquisa: análise dos dados e organização do resultado da análise			X	X		
Redação da 1ª versão da monografia.			X	X		
Correções e redação da 2ª versão da monografia				X	X	X
Definição de critérios para formatação do material didático escrito					X	
Revisão final e edição da monografia					X	
Elaboração da monografia			X	X	X	X